

EXTRATO DOS ANAIS DO SEMINÁRIO: "CONDIÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO"

TEMA: Campos Epistemológicos e Produção do Conhecimento

JOÃO GABRIEL: No escopo do projeto foram escolhidas três áreas ou três campos específicos do conhecimento ou seja a Sociologia, a Economia e a Biologia Molecular enquanto campos epistemológicos ou campos científicos, nos quais concentraríamos o tema de nossa pesquisa, nesses dois primeiros anos de sua realização. Com isso quero dizer que estamos prevendo e planejando estender esse projeto de pesquisa a outras áreas do conhecimento e assim tentando montar um mapa das condições e dos problemas específicos de várias outras áreas do conhecimento científico.

Talvez valesse a pena explicar porque escolhemos essas três áreas para dar início às nossas atividades e poderíamos dizer primeiro que em relação à Sociologia, obviamente, foi devido à proximidade que temos com a prática científica e específica da Sociologia, e porque no Departamento de Sociologia já existe uma certa tradição de produção de conhecimento na área de Sociologia da Ciência. Com relação à Economia a escolha foi realizada devido a proeminência que os economistas têm tido no plano de governo, notadamente após a Nova República, quando figuras bastante conhecidas do campo científico da Economia têm participado diretamente das deliberações, da elaboração e execução das políticas do governo. Quer dizer, são profissionais de um campo científico que têm participado diretamente das deliberações do Estado e que podem realmente estabelecer *a priori* uma relação mais nítida entre o saber e o poder. E em relação à Biologia Molecular tal escolha resulta, em parte, de uma curiosidade dos próprios pesquisadores do Departamento de Sociologia, pelo fato de sabermos que se trata de um campo científico que, podemos dizer, com várias ramificações e desdobramentos, representa, hoje, o que existe de mais avançado no desenvol-

vimento científico e tecnológico. Futuramente pretendemos abordar outros campos científicos.

Para a mesa de hoje convidamos cientistas tanto da UnB como de fora da UnB e vamos ter o privilégio de ouvir as palestras ou as apresentações dos professores Dércio Munhoz, da Economia, a quem convidado para participar da mesa; Isaac Roitman, da Biologia, e Vilma Figueiredo, do Departamento de Sociologia. Infelizmente não foi possível contar com a participação do professor Wilmar Faria por ele estar participando de uma atividade semelhante no exterior. Gostaria também de convidar o professor Abrantes, do Departamento de Filosofia, que foi escolhido para coordenar essa mesa que discute, hoje, sobre campos epistemológicos e produção de conhecimento.

PAULO ABRANTES: Gostaria de convidar o professor Estêvão a participar da mesa, como nosso convidado especial por seu trabalho na área de epistemologia das Ciências Sociais.

O professor João Gabriel, já apresentou um projeto geral dessa programação e acho que podemos iniciar a apresentação das comunicações; depois teremos um debate. Passo, portanto, a palavra à professora Vilma Figueiredo para dar início.

VILMA FIGUEIREDO: Pelo visto os últimos serão os primeiros. A última convidada será a primeira a falar. Estou dizendo isso porque, como o João Gabriel falou, o Wilmar não pôde estar presente, e fui avisada dessa mesa há pouco tempo. Por causa disso, infelizmente, não terei aqui uma apresentação baseada em artigo, como se acontecer. Espero que vocês sejam benevolentes com as minhas anotações. Antes de iniciar queria dar a minha opinião sobre este projeto que o João Gabriel coordena no Departamento de Sociologia: as Condições Sociais de Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico. Este é um tema não exaustivamente trabalhado pela sociologia no Brasil e, a meu ver, além de ser fundamental para o desenvolvimento da própria sociologia é muito importante, também, para outras áreas do conhecimento e, especialmente, para as agências de financiamento de pesquisa. Esse tema, como o próprio João Gabriel comentou, tem merecido atenção do Departamento de Sociologia, que tem uma área de pesquisa exatamente sobre sociologia da ciência, que tem produzido teses no mestrado e no doutorado e dado origem a outros projetos. E nessa pequena história me incluo, por exemplo, com meu livro sobre a produção social da tecnologia. Vou fazer anotações muito especiais, não apenas porque isso me foi solicitado pela coordenação, mas também porque não teria tempo de fazer outra coisa que não fosse trazer anotações pessoais. Só espero que vocês não as considerem muito estéreis e que possamos con-

versar um pouco. O tema dessa mesa é o campo epistemológico e a produção de conhecimento.

Separei três itens sobre os quais fiz algumas anotações. O primeiro, é sobre o campo epistemológico e o conhecimento sistemático (a questão do estímulo e do limite do conhecimento). No segundo item, discuto os campos epistemológicos na sociologia e as dificuldades de se descartarem hipóteses. E no terceiro, discuto as dificuldades na proposição de ações, com a pergunta: na sociologia saber também é poder? Esta é uma das questões que vocês, da área de pesquisa, também querem responder.

Passemos, então, ao primeiro item: campo epistemológico e conhecimento sistemático (o problema do estímulo e do limite ao conhecimento). É evidente que a ciência social tem produzido – e os filósofos também – diversas definições do conceito de campo epistemológico, aproximando-o o mais ou menos do conceito de paradigma; mas não quero entrar por aí e só fixaria como campo epistemológico, basicamente, um conjunto de concepções, conceitos e as relações entre eles. Esse campo epistemológico, por um lado, permite que se formule suposições ou hipóteses, que se coloque questões sobre a realidade, estimulando e possibilitando a criação de novos conhecimentos e o refinamento do conhecimento existente. Nesse sentido, é o campo epistemológico que possibilita a produção sistemática de conhecimento. Fora do campo epistemológico, sem apoio do campo epistemológico, não há possibilidade de conhecimento sistemático. Agora, por outro lado, se é o campo epistemológico que possibilita a geração de conhecimento, ele também limita o conhecimento na medida em que impossibilita, ou dificulta em muito, a formulação de problemas que caem fora do seu escopo específico. Bom, essa polarização se refere, obviamente, a uma situação limite. De fato, é sempre possível a ampliação e a reformulação do campo epistemológico a partir do processo incessante de produção do conhecimento e de revitalização ou reformulação dos conceitos a ele associados. Essa possibilidade é dada, naturalmente, pelo teste das hipóteses, tanto pelo rebatimento dos conceitos nos processos reais, quanto pelo confronto do conhecimento gerado a partir de um determinado campo epistemológico com o conhecimento gerado a partir de outros campos epistemológicos; ou por ambos os mecanismos – confronto com a realidade e “checagem” com o conhecimento de outra natureza.

O campo epistemológico cria possibilidade de conhecimento, ao mesmo tempo que limita a possibilidade de produção de conhecimento. Destaco a necessária ampliação ou reformulação do campo epistemológico em função do próprio processo de geração de conhecimento.

Em relação ao segundo item – campos epistemológicos na socio-

logia e dificuldade de se descartarem hipóteses – pode-se observar que no caso dos estudos de estruturas e processos sociais, especificamente no da sociologia científica após o século XIX, não é possível falar da exclusividade de um único campo epistemológico orientando a produção de conhecimento. Entre o funcionalismo e o marxismo, como exemplos polares de campos da sociologia, inúmeros outros permanecem ou se constituem como possibilidades de produção de conhecimento sistemático com características mais ou menos positivistas, ou pós ou pré. Muito já se trabalhou na tentativa de especificar a sociologia enquanto conhecimento e muitas, também, são as constatações de que a sociologia é a ciência de convivência dos paradigmas – no dizer de um nosso colega, que só não está aqui porque não está em Brasília, o Fernando Correia Dias, a Sociologia é a ciência do pluralismo – onde não se consegue descartar radicalmente um em favor do outro. Em termos diversos, na Sociologia tem sido mais fácil formular e comprovar hipóteses do que descartá-las de maneira definitiva, por mais que utilizem estratégias quantitativas, ou outras, de teste. Questões como as relações entre indivíduo e sociedade, as razões de manutenção da ordem social, as condições de transformação do todo social são exemplos de preocupações presentes em quaisquer vertentes da sociologia, recebendo tratamento distinto em cada uma delas, não se podendo garantir, objetivamente, a superioridade de um tratamento sobre o outro.

O terceiro item é a dificuldade na proposição de ações: na sociologia saber também é poder? Em linhas gerais, a meu ver, a sociologia tem sido muito mais exitosa na descrição e na análise de processos sociais, quaisquer que sejam os parâmetros básicos que as inspirem, do que no fornecimento de estratégias eficazes de ação, quer para transformação quer para manutenção da ordem social. Talvez mais do que em qualquer área do conhecimento, na sociologia fica bastante evidente que explicar é simplificar. E, por derivar automaticamente de uma explicação produzida, uma estratégia de ação tem levado à produção de efeitos não antecipados ou não desejados. O dilema da Sociologia é que a falência da ação, freqüentemente, não autoriza descartar a explicação na qual foi baseada como falsa. Há inúmeras mediações entre concepções, explicações e as ações nelas inspiradas. Estas últimas, sofrem determinações outras, oriundas de interesses concretos de todos aqueles envolvidos na ação. E o problema pode sempre não estar na explicação e sim nas limitações daqueles que agem em nome dela. Este tipo de questão parece ser o caso tão em pauta nas discussões atuais da crise do marxismo. A meu ver, o que seguramente entrou em crise foi o bolchevismo enquanto estratégia de ação para a implementação da liberdade e igualdade imaginada por Marx. A falência do bolchevismo, porém, não infirma, necessária e totalmente, a análise marxista da sociedade capitalista. Poderá, sem dúvida, desafiar o arcabouço teórico e

epistemológico do marxismo, conduzir a maiores precisões, algumas reformulações e ajustes, porém a falência do bolchevismo menos facilmente terá capacidade de descartar o núcleo explicativo fornecido pelo marxismo. A questão da igualdade, por exemplo, no nível analítico é tratada de maneira complexa e no nível prático da ação, freqüentemente aparece confundida com homogeneidade. No dizer, a meu ver pertinente, de C. Meillasoux: “a igualdade, criação permanentemente continuada, não significa todos iguais, conseqüentemente de acordo, mas todos cada vez mais semelhantes, cada vez mais próximos em uma profunda discórdia”. Apenas em uma sociedade onde todos estivessem de acordo seria possível testar definitivamente as hipóteses da Sociologia, descartar aquelas sem validade, estabelecer a verdade sobre a estrutura e os processos sociais. Como tal situação de consenso perfeito ou de homogeneidade absoluta, caso fosse viável, significaria, com toda certeza, o fim da Sociologia e, muito provavelmente, o fim da sociedade, acredito ser recomendável aceitarmos as características da sociologia – multiplicidade de paradigmas ou pluralidade de campos, dificuldade de rejeição de hipóteses e, principalmente, sua incapacidade de fornecer caminhos seguros para uma ação sobre a realidade, tanto para a transformação como para a conservação – não como deficiências, mas como o ajuste possível entre o conhecimento e aquilo que se pretende conhecer.

Então, para concluir, acho possível afirmar, que, também na Sociologia, saber é poder, apenas não é poder de estabelecer uma verdade definitiva e um curso garantido de ação.

* * *

TEMA: Histórico, Estudo das Artes e Perspectivas das Condições Sociais de Produção do Conhecimento na Sociologia

ANA MARIA FERNANDES: Vamos dar continuidade ao seminário sobre as Condições Sociais de Produção de Conhecimento, que é o ponto de partida de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Departamento de Sociologia por professores e alunos da pós-graduação e da graduação. Discutiremos as condições sociais de produção de conhecimento em Sociologia. Para tal convidamos o professor Juarez Rubens Brandão Lopes, ex-professor da USP e atualmente professor da UNICAMP, e pesquisador do CEBRAP, e a professora Elisa Reis, atual professora do IUPERJ no Rio de Janeiro. Para começar passo a palavra ao professor Juarez.

JUAREZ BRANDÃO LOPES: Agradeço o convite para participar deste seminário. O assunto que vi no programa era um pouco mais amplo do que o título Condições Sociais de Produção de Conhecimento; falava em histórico, estado das artes e perspectivas das condições sociais de produção de conhecimento da sociologia. Tenho a impressão que vou tocar um pouco em todo ele, menos nas perspectivas, o que talvez possa ficar para o debate.

Quero inicialmente explicar o que pretendo fazer. É alguma coisa bastante subjetiva. Com isso quero, antecipadamente dizer que não é o resultado de uma análise ou de uma pesquisa. O que vou expor é uma coisa que deve estar na cabeça de muita gente mas que, talvez, colocado mais ou menos ordenadamente, sirva como matéria para uma discussão. Trata-se de uma comparação – essa é a vantagem de ter a idade que tenho – entre a sociologia nos anos 50 e 60, e a sociologia, nos anos 80. Claro que uma comparação como esta não envolve uma seletividade muito grande, e como não é o resultado de uma pesquisa, de uma análise cuidadosa, de um exame cuidadoso dos autores, para circunscrevê-la um pouco utilizei parâmetros que compreendem a literatura produzida no final dos anos 50, começo de 1960, além de alguns dos livros que foram publicados após o golpe de Estado de 1964.

Acho que essa observação pode ajudar na discussão porque se poderia pensar, à primeira vista, que as diferenças são marcadas pela ausência do autoritarismo. Embora as pesquisas e as análises tenham sido feitas antes do Golpe de Estado, boa parte desta literatura estava sendo publicada em 64, 65 e 66. Estou pensando, principalmente, na produção de sociólogos paulistas.

O modo como organizei o que queria apresentar foi baseado em alguns dos estudos e análises que considero dentre os melhores daqueles anos e que, obviamente, não é a totalidade da produção paulista e,

realmente, não representa a produção do resto do país, mas isso é justificado pela minha dificuldade de pensar o que estava sendo produzido em Recife, Belo Horizonte e no Sul.

Quero considerar trabalhos tais como o de Florestan Fernandes sobre o negro na sociedade de classe brasileira; o de Maria Silva Carvalho Franco sobre o homem livre na sociedade escravocrata; ou um outro muito menos conhecido, de Mário Wagner Vieira da Cunha, sobre burocratização das empresas industriais; o de Fernando Henrique Cardoso sobre o empresário e o desenvolvimento econômico; o de Octávio Ianni sobre o estado e o desenvolvimento. Colocaria também em uma lista exemplificativa – porque vai ilustrar algumas das coisas que quero anunciar – o de Paul Singer (economista) sobre a evolução urbana e o desenvolvimento econômico no Brasil. Dei exemplos de estudos, mesmo naquela época, mais gerais, que era talvez a média. Entre os estudos localizados, exemplificaria com um trabalho de Antônio Cândido sobre os parceiros do Rio Bonito.

No segundo momento, nos anos 80 (restringindo-me apenas aos últimos 10 anos), passo a citar uma amostra de literatura mais ampla, presente nos concursos tipo Ford – ANPOCS e nos trabalhos apresentados nos Encontros ou publicados nos seus anuários. Centro-me na ANPOCS porque é uma maneira de selecionar uma mostra. Considerando que os anuários passam pelo crivo de uma comissão acadêmica, e é a produção dos jovens. Realmente, o peso é mais para jovens sociólogos, com 30 até 35 anos, que fizeram seu mestrado, fizeram seu doutorado ou estão em doutoramento.

Da mesma forma queria lembrar que boa parte dos exemplos que dei sobre os anos 50 e 60, são teses de doutoramento. Não o trabalho que citei do Florestan Fernandes ou o do Mário Wagner Vieira da Cunha, que são trabalhos maduros, no ponto em que o sociólogo já está naquele estágio maduro da sua carreira.

Primeiro darei uma série de características, muito discutíveis, difíceis de se definir com precisão, sobre a produção científica em um momento e a produção científica em outro momento. Faria, depois, algumas reflexões muito rápidas, que seriam mais propriamente sobre as condições sociais de produção de conhecimento ou, pelo menos, que dariam algumas indicações para uma pesquisa mais aprofundada. Sempre de uma maneira genérica.

Estou querendo salientar, e talvez possa me defender na parte da discussão, que muitas das minhas caracterizações vão ser vagas. A primeira, falando sobre os trabalhos dos anos 50 e 60, é que tratam de estudos que chamaria de macrosociológicos, onde o enfoque está nas transformações estruturais da sociedade brasileira. Claro que isso tudo é um pouco vago. O que quer dizer macrosociológico? O que quer dizer estrutural? No entanto, acho que esta característica faz um contraste

com a média das produções mais recentes. Com isso não quero dizer que não houve estudos localizados do tipo do trabalho de Antônio Cândido sobre os parceiros do Rio Bonito, um bairro rural perto de São Manoel no estado de São Paulo. Contudo, acho que qualquer leitura deste livro mostra que ele está analisando, na verdade, um processo de transformação da sociedade caipira. É o estudo de um processo extremamente geral, ou que foi tomado assim. Observe-se que o livro nunca é tomado como um estudo de comunidade. Assim, acredito que muitos dos estudos localizados dessa época tem justamente essa característica.

Existe um forte contraste, entre o que estou chamando de estudos localizados, produzidos entre os anos 50 e 60 e os feitos antes, por exemplo, os estudos dirigidos por Charles Wagley na Bahia, no Nordeste, ou os estudos de Donald Pearson (ou nele inspirados) feitos em São Paulo. Esses foram estudos propriamente localizados; é a tentativa de conhecer em profundidade um local.

Por sua vez, os estudos que no final dos anos 50 e começo dos anos 60, – por exemplo, uma série de pesquisas que foram feitas, com o patrocínio financeiro do Ministério da Educação, sobre as cidades – laboratórios, até participei de uma, sobre Leopoldina e Cataguases, em Minas Gerais – têm uma característica bastante distinta daqueles estudos de comunidades anteriores, são estudos que procuram apanhar no local um processo geral. Muitas das outras coisas que falei decorre desse esforço, grosseiramente bem sucedido, de buscar as transformações estruturais. Parece-me, inclusive, que havia um uso muito mais frequente, de uma maneira distinta, do que posso chamar de “estatísticas gerais”. Neste sentido, recentemente li um artigo de Maria Valéria Pena, no qual a autora chama a atenção para o fato de como na produção recente está-se deixando de lado os dados produzidos pelos PNADs e pelos diversos censos do IBGE e outros dados dos censos industriais.

Na área de estudos rurais se usou muito, principalmente no começo dos anos 80, o censo agrícola, o censo agropecuário, mas de uma maneira geral. A produção sociológica mais recente tende a focalizar outras técnicas, tende a utilizar mais as entrevistas. Contudo, nesse artigo de Maria Valéria Pena, quando ela diz que a entrevista foi a grande descoberta, a mais recente, está exagerando. Verificando os estudos dos anos 40, naqueles estudos sobre comunidades, a observação participante era usada, mas as entrevistas eram também muito usadas. De qualquer forma, na produção sociológica dos anos 80, a técnica da entrevista em profundidade é realmente uma técnica privilegiada.

Nos anos 50 e 60, usavam-se estatísticas gerais de uma maneira diferente. Hoje são usadas para apontar algo que serve apenas de pano de fundo e imediatamente se passa para um estudo em profundidade com outras técnicas. Antes as estatísticas gerais eram mais usadas, usavam-se

estatísticas de uma maneira mais clássica, “à la Durkheim”. Vou dar um exemplo: é um estudo mais antigo, do começo dos anos 50, de Costa Pinto sobre classes sociais no Brasil. É um trabalho baseado em estatísticas censais, inteiramente; os dados são as estatísticas censais.

Voltando àquela questão de macrossociológico, ela tem muito a ver com o tipo de teoria que estava sendo utilizada na época. Os temas escolhidos vão ser, inclusive, bem distintos nas duas épocas. Não há dúvida nenhuma de que há uma produção, usando temas gerais, que era muito mais frequente. Hoje, nos últimos 10 anos, se busca mais os temas específicos. Os grandes temas dos anos 50 e 60 eram o estado, o empresariado, os sindicatos. E não era um sindicato, era o sindicalismo, o operariado. É claro que esses temas ainda continuam atraindo pesquisadores, mas de uma maneira mais específica e de uma maneira menos globalizante. E sempre são trabalhos mais característicos dos anos 70 do que dos anos 80. A tendência nestes anos foi a de abandonar esses grandes temas, colocados desta forma como estou colocando.

Acho que é inevitável dar o tom valorativo – na minha opinião era melhor, hoje é pior. É evidente que é muito difícil despregar-me da minha geração. Vejo claramente, no entanto, ganhos e perdas ao passar dos grandes temas para os temas específicos, para estudar um movimento social determinado, um sindicato determinado, uma greve, quando cito um trabalho que vocês conhecem é simplesmente porque me ocorre na hora, é só para indicar as características que quero apontar, um trabalho recente que analisa a greve como uma festa. É evidente que ao produzir trabalhos desse tipo, ganha-se alguma coisa e perde-se alguma coisa. O enfoque nas transformações estruturais dependia realmente de um tipo de esquema teórico que era utilizado e da forma de utilizar esse esquema.

Quero salientar também que essa produção dos anos 50 e 60 – estou tomando dez anos também, em torno de 55 a 65 – não tinha uma teoria comum. Talvez uma análise mais aprofundada, mais cuidadosa, possa mostrar que, por baixo de teorias de origem diversa, havia um eixo teórico comum. Isso é polêmico. Diria que existem vertentes aí, desde vertentes funcionalistas, funcionalismo mais parsoniano ou variantes do parsoniano, e vertentes do funcionalismo que vão mais atrás, que se inspiravam diretamente nos clássicos. A influência de Weber em muitos desses trabalhos era saliente. Não quis, expressamente, citar qualquer dos meus trabalhos: neles havia uma influência de Weber maior do que do funcionalismo parsoniano. O trabalho de Mário Wagner Vieira da Cunha é totalmente um exercício de aplicar as teorias weberianas, uma visão weberiana, na análise das empresas industriais. Mas havia, também, vertentes funcionalistas parsonianas e havia diversas variantes de marxismo. Fosse de um lado ou do outro, que esses estudos buscassem as suas inspirações teóricas, tinham um terreno bas-

tante comum. Fossem uma inspiração diretamente marxista, como os trabalhos de doutoramento de vários assistentes de Florestan Fernandes – Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso – ou fossem uma inspiração weberiana, os resultados de uma pesquisa ou suas interpretações eram entendidas por todos, havia diálogo, havia um pressuposto mais profundo. Por exemplo, um elemento comum era a unilinearidade da mudança social.

Por outro lado, tanto os estudos sobre sindicalismo quanto os estudos sobre o empresariado pressupunham uma visão globalizante, viessem do marxismo ou de Weber ou da teoria da modernização. Os esquemas eram unilineares. Em um trabalho do começo dos anos 60, escrito por ocasião de um das primeiras visitas de Alain Tourraine ao Brasil, sobre a classe operária brasileira, ele chamava atenção para o fato de não estarmos muito conscientes de que havia uma unilinearidade de pressupostos, inspirada em uma história simplificada, esquematizada, européia. Esta era uma tendência geral na América Latina. Na mesma época Gino Germani servia de inspiração para muitos estudos com sua teoria da modernização.

Havia um ecletismo teórico na produção sociológica geral, não-confessado e não-consciente, por mais rigorosa que a formulação do próprio trabalho em termos teóricos estivesse sendo feita. O embasamento teórico era mais eclético do que os sociólogos estavam conscientes e havia menos rigor, menos precisão, comparando com hoje, comparado com a teoria como é usada hoje. Criava-se a visão de que um certo interesse na transformação da sociedade brasileira levava a um estudo macrossociológico.

Queria falar um pouquinho mais sobre essa visão, porque nela há uma outra característica: a da chamada “Escola de São Paulo”, basicamente composta pelos sociólogos que se formaram ao redor de Florestan Fernandes, que exigia, enormemente, como catedrático, o desenvolvimento teórico da pesquisa. Este desenvolvimento teórico, explícito, às vezes era longo demais; desnecessariamente longo. Além disso, o explícito não tinha, por vezes, nada a ver com o implícito, que era uma visão mais vaga. Além disso, queria notar que embora a inspiração fosse Weber, Marx, Durkheim, Parsons, Merton (esse mais freqüentemente do que Parsons), não estava dissociada de um conhecimento histórico de pensadores sociais, de historiadores, de economistas sobre a sociedade brasileira, isto é, não livres da influência de trabalhos como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr., Oliveira Viana, Victor Nunes Leal, para cobrir o período que vai dos anos 30 até meados dos anos 40. As influências destes autores eram extremamente grandes. Assim, essa visão teórica que vinha de Marx ou de Weber, era de uma certa forma fundida com uma tentativa de interpretação da sociedade brasileira. Enquanto os estudiosos de inspiração weberia-

na, ou funcionalista, falavam de sociedade tradicional, os outros falavam de uma sociedade pré-capitalista. E esta fusão era muito importante para o resultado desta visão teórica que estou referindo, que ia além do que estava explícito no próprio trabalho e, principalmente, a fusão com os economistas da CEPAL e, entre eles, o mais importante para nós: Celso Furtado. Celso Furtado, Caio Prado Jr., Inácio Rangel, que tendem a ser esquecidos hoje, eram extremamente importantes para levar a essa visão teórica que alimentava um interesse profundo em estudos macrossociológicos. E mais para meados e final dos anos 60, a teoria da dependência, como começou a surgir nos estudos da CEPAL, e nos trabalhos de Osvaldo Sunkel, de Enzo Falleto com Fernando Henrique Cardoso, que explicitava muito mais a fusão de um ponto de vista histórico, econômico e social.

Lado a lado com esta mescla teórica – que não estou conseguindo caracterizar bem – apenas para dar algumas indicações para o que poderia ser uma análise mais profunda, havia uma mestiçagem ou uma fusão de técnicas, nos estudos dos anos 50 e 60. Tal ecletismo de técnicas que Maria Valéria aponta, excepcionalmente, para alguns estudos dos anos 80, era regra, nos anos 50; os estudos sempre casavam entre revistas e jornais com documentos oficiais, estatísticas censais, globais, gerando uma fusão muito maior entre sociologia, economia e história, sobretudo história que correspondia a uma fusão de técnicas.

Analisando a literatura que está sendo produzida, cheguei a uma série de características mais ou menos gerais e contrastantes, que torna difícil comparar com aquela produção de duas décadas atrás. Fiz uma lista de estudos, de memória, sem citar autores: um da FMM – Fábrica Nacional de Motores –; o estudo sobre a greve como uma festa; um sobre movimentos sociais no campo em face da ação do Estado, do Nordeste principalmente; um sobre protestantes no Congresso; um sobre as políticas do governo e a regulação da fecundidade; um estudo sobre a UDR; sobre o movimento dos mutuários e o sistema financeiro de habitação, estudos numerosos sobre a mulher e a violência e, por último, um sobre automação e processo de trabalho na indústria automobilística. As primeiras observações que podemos fazer são o enorme volume de pesquisas, a diversidade de temas, o cuidado com a produção, o cuidado nas análises, mas tudo isso ligado, primeiro que tudo, com o volume.

É claro que é apenas um ponto de vista. Não tive o devido cuidado e nem tempo para analisar tudo, mas tenho a sensação de que é impossível se ter a noção de produção total. Isso já é uma característica da produção de hoje, quase uma explosão do sistema. Mas, aí volto a falar sobre o passado, sobre uma ausência que chama a atenção sobre os macroestudos. Da referida lista, que peguei ao acaso, o único estudo sobre o qual teria que pensar um pouco mais para caracterizar como

não sendo um macroestudo seria o do Vilmar Faria. É claro que existem outros, mas este é um exemplo de uma série de outros que são mais abrangentes.

Outra coisa que se pode notar. Se antes tínhamos uma fusão muito clara entre estudos econômicos e estudos sociológicos, hoje temos uma penetração de métodos antropológicos na sociologia. Os estudos, hoje, num certo sentido, são mais sociológicos. Se era difícil distinguir um sociólogo de um cientista político, um antropólogo de um economista, principalmente a separação entre os interesses do economista dos interesses dos outros cientistas sociais, ainda continua difícil, mas bem menos. A tendência hoje é para se dizer, os economistas e os cientistas sociais, quer dizer, a economia deixou de ser vista e de se ver, pelo menos uma parte da economia, como ciência social.

Concordaria, hoje, com a caracterização que este artigo da Maria Valéria Pena faz sobre fontes não-convencionais quando diz que a sociologia é mais sociológica. Quero, apesar de concordar com isso, apontar limites, ganhos e perdas. É como se os estudos sociológicos redescobrissem, nos clássicos, que o sentido conferido pelos autores, as suas ações e as ações dos outros, são centrais. Isso ocorre nos mais diversos estudos. Tenho um deles, citado pela Maria Valéria, que é um estudo sobre a mulher, no qual ela está menos interessada no que aconteceu do que no sentido que os vários autores dão ao que aconteceu. Obviamente, se a gente contrasta com a produção passada, o interesse básico é o interesse no que realmente aconteceu, quais são as transformações que ocorreram para se chegar a isso. Acho mesmo que aqueles cientistas sociais estavam perfeitamente conscientes de que o sentido da ação era o elemento mais importante para se conhecer a mudança ocorrida, mas se prestava menos atenção nisso, isso era quase que fato dado... Claro, tinham que saber isso. Os estudos eram mais grosseiros, mas não se perdia o interesse de saber o que aconteceu, a preocupação maior, era a preocupação na mudança estrutural.

Devo reconhecer que na maioria das vezes as posições teóricas, hoje, estão mais influentes e dificilmente apontam para transformações macroestruturais da sociedade. De um lado, é claramente um avanço teórico, de consciência teórica, um cuidado, um rigor maior. Do outro lado, acho que tudo isso está se perdendo. É como se agora a gente pudesse ver o que é que dá sentido ao que acontece: é o sentido atribuído pelo autor à ação. Antes o que dava sentido ao que acontecia era sua relação com a transformação global. Podemos dizer que são termos vagos mas são para tornar um pouco mais claro o que estou querendo transmitir. Antes o que mais interessava era a morfologia social, a transformação, a evolução social, para usar termos da biologia claramente, e hoje, o que interessa mais é a fisiologia.

Bem, vou fazer algumas considerações mais gerais sobre as con-

dições sociais de produção de conhecimento. Diria, de início que esse, realmente, é o plano para uma pesquisa que não fiz, mas que vou jogar duas reflexões mais gerais sobre o assunto. Uma reflexão sobre "o interesse que inspira o conhecimento". Houve uma mudança no interesse que as pessoas tinham. Por que elas estavam fazendo ciência social? E se antes o que se fazia era ciência social, hoje se faz mais sociologia, antropologia etc... O interesse mudou, não sei porque, mas mudou. E posso colocar uma idéia do por que mudou. Acredito que o interesse básico antes era um interesse muito geral na transformação da sociedade brasileira pela transformação.

Não vejo tão fortemente essa idéia dominadora de querer pensar a sociedade brasileira e sua transformação. O que vejo, por exemplo, muitas vezes, é o interesse da gestão de uma sociedade crescentemente complexa, que não está se olhando tanto na transformação, mas nos seus problemas atuais, como isso pode ser gerenciado, ou, então, um interesse que é político, mas um político muito específico. A inspiração é uma utopia vagamente formulada ou não-formulada e, certamente, diferente das utopias marcantes nas ciências sociais no início do século na Europa e, certamente, sem um alicerce teórico; esse é o tal interesse político que vejo. Mas, claramente, ser de um partido político está influenciando muito (ser de um ou de outro) a pessoa na escolha de um tema, ou então, influencia quando ela faz a análise do tema.

Por trás dessa mudança de interesses, a única coisa que consigo pensar é a própria sociedade. Primeiro, formularia, e vou abandonar esta formulação logo em seguida, que a sociedade mesma estava mudando estruturalmente mais do que está mudando hoje. Há diferença de mudança *na* sociedade e mudança *da* sociedade. As mudanças estruturais eram mais visíveis, não sei se maiores, porque o que faz com que vejamos as mudanças estruturais é, em última análise, uma certa consciência teórica.

Não há dúvida nenhuma que naquele momento, anos 50 e 60, a rapidez da urbanização e da industrialização, a visibilidade daquele processo era enorme, nos anos 80 temos uma estagnação econômica. Até que ponto a sociedade não está mudando muito e são os seus processos microssociológicos, micropolíticos que chamam a atenção. Ou, até que ponto é uma questão de visibilidade?

Mencionei a estagnação econômica dos anos 80, mas há um campo que parece ter, pelo menos chega mais perto, visões mais amplas e é um campo que, na sociedade dos anos 80, mudou bastante: é o campo político. O processo de democratização talvez seja o que explica a maior abrangência dos estudos políticos, e talvez seja o substituto do que, nos anos 50 e 60, chamávamos de teoria da modernização, ou de uma teoria marxista da passagem de um pré-capitalismo para o capita-

lismo. A comparação é só no âmbito do próprio processo real que atinge toda a sociedade e que, talvez, explique a maior abrangência dos estudos sobre partido, sobre a democracia no Brasil, os movimentos sociais etc..., que são áreas em efervescência. Termino, aqui, minhas observações.

ANA MARIA FERNANDES: Passo a palavra então para a professora Elisa Reis.

ELISA REIS: Antes de mais nada, quero agradecer aos organizadores desse seminário, em particular ao professor João Gabriel Teixeira, por essa oportunidade de, em primeiro lugar, pensar de forma organizada sobre a sociologia e, em segundo, interagir com colegas e amigos. Uma segunda observação que gostaria de fazer é preliminar, pois, ao contrário do Juarez, não sabia que deveria tratar também de um histórico, portanto, há um convergência imensa entre a exposição do Juarez e a que pretendo fazer. Pode até levar à falsa conclusão de que a sociologia brasileira é consensual. Mas a diferença é que fiz um retrato presentista. De fato, usei a imagem de um retrato instantâneo. Então, nesse sentido, vai ficar prejudicado o balanço que vou fazer aqui.

Organizei as minhas notas sobre o tema em quatro tópicos, quer dizer, parto de uma discussão sobre a sociologia do conhecimento; em seguida, discuto o que chamei de "ismos" da sociologia brasileira; em terceiro lugar, discuto a relação entre teoria e pesquisa enquanto meios de produção de conhecimento; e, finalmente, pergunto-me se é possível um diagnóstico sintético da sociologia brasileira. O título sugestivo desse evento, "Condições Sociais de Produção de Conhecimento", levou-me a organizar observações à partir de uma orientação propiciada pelo que no passado se chamava sociologia do conhecimento, aqui no caso uma sociologia do conhecimento sociológico. Na verdade, esse campo da análise, sobre essa rubrica, anda muito desprestigiado, ninguém mais faz sociologia do conhecimento hoje em dia, mas também é verdade que a maior parte do que se estudava ali, hoje em dia é discutido pela sociologia da ciência ou por outra área qualquer.

Como quer que seja, esta questão substantiva dos meios e das condições para a produção de conhecimento continua, legitimamente, a nos desafiar, a gerar respostas em torno das quais prossegue o debate, criam-se novos conhecimentos e renova-se a sociologia. E é nesse sentido que quero lembrar um trabalho recente, de autoria de Peter Wagner, um sociólogo alemão, sobre a estruturação do discurso na Europa continental. Mais especificamente ele discute a sociologia na França, na Alemanha e na Itália. O aspecto mais interessante do esquema analítico que Peter Wagner propõe parece-me ser uma superação do mono-determinismo que muitas vezes animou a discussão na sociologia do

conhecimento. Ao invés de ver o desenvolvimento das ciências sociais, essencialmente, como um simples reflexo do desenvolvimento econômico e político circundante, ou como simples resultante da dinâmica das instituições científicas, Peter Wagner propõe uma análise que combina três dimensões: a tradição intelectual, a tradição institucional e o contexto nacional.

Essas três dimensões interagindo explicaria o desenvolvimento de uma ciência e, particularmente, de uma ciência social, mas ainda é o exercício de comparar experiências nacionais, segundo Peter Wagner, que nos permite compreender experiências singulares, ou seja, o recurso à comparação é crucial nessa sociologia da ciência proposta pelo autor. No confronto das experiências entre Alemanha, França e Itália é que essa dinâmica interativa, de três dimensões, ganha inteligibilidade. Parece-me que a adoção simultânea desses três aspectos interdisciplinaridade, pluricausalidade e comparatividade, poderia iluminar aspectos até agora poucos conhecidos no desenvolvimento das ciências sociais e da sociologia, em particular no Brasil. Quer dizer, não posso ter pretensões de avançar nessa direção, mesmo porque não tenho uma tradição de trabalhar e fazer pesquisa nessa área, mas, como curiosa, tenho lido trabalhos de colegas que têm se dedicado à história das ciências sociais no Brasil, e como leitora de tal obra acho que posso partir daqui para usar um primeiro aspecto do balanço.

Tem havido um esforço bastante bem sucedido em articular duas das dimensões sugeridas pelo Peter Wagner, ou seja, os aspectos político-econômicos de caráter macro e aqueles especificamente institucionais. Acredito, sobretudo, que o foco institucional tem gerado grandes dividendos entre nós. Centrando a atenção em instituições particulares, os sociólogos brasileiros têm conseguido lançar luz sobre os padrões de alteração no interior de comunidades acadêmicas científicas, os meios e as condições de produção de conhecimento etc. Nessa auto-reflexão parece-me que tem faltado uma atenção maior à dimensão da análise, que diz respeito à tradição cognitivo-intelectual. Juarez Brandão supriu enormemente esta lacuna que aponto. São raros os esforços de identificar tradições temáticas teóricas ou metodológicas entre nós, mas existem estudos sobre autores individuais e é um pouco disso que pretendo fazer.

Não posso pretender demais. Como disse, não vou tratar de tradições, não posso explorar processos, evoluções, tendências históricas, mas estou interpretando essa solicitação como a possibilidade de fazer um retrato instantâneo da sociologia, desta perspectiva cognitivo-intelectual. Então, se essa metáfora do retrato instantâneo é sugestiva da brevidade do presentismo das minhas observações, também é inadequada no sentido de que essa reflexão presentista que faço é resultado de convivência de longos anos com a sociologia. Isso, porém, não tor-

na o meu instantâneo uma cópia mais fiel da realidade. Trata-se, na verdade, de um perfil impressionista. Os "ismos" que vou tratar na sociologia brasileira, também revelam, em parte, minhas próprias idiossincrasias, minhas comparações implícitas, seja com outras tradições intelectuais, institucionais ou nacionais. De qualquer forma, feitas essas ressalvas, imagino que nesse jogo de claro e escuro que estou fazendo, algo de mais transcendente possa emergir, não apenas dessa visão impressionista.

Abordando esses "ismos", a primeira observação é de que há, entre nós, uma clara preferência pelo "ensaísmo", em detrimento de uma tradição de pesquisa empírica sistemática. Há uma produção considerável de ensaios sobre a realidade brasileira, e isso se manifesta inclusive na forma de apresentação do conhecimento produzido. Ou seja, com frequência os achados que o pesquisador conseguiu, são dispostos de forma tal a surpreender o leitor durante a leitura do texto. Quando se está lendo o texto, lá pela página 40, por exemplo, descobre-se um achado muito interessante. Os achados das pesquisas não são enunciados de forma sistemática para desde logo orientar a leitura que deveria ser feita pelos leitores em geral.

Por outro lado, a contrapartida disso é uma escassez bastante grande de estudos empíricos sistemáticos. Raros são, sobretudo, os trabalhos de natureza macro que visam a descrição e a análise empírica de algum aspecto da realidade brasileira. E esse aspecto leva-me, então, a identificar um segundo "ismo", que é o antiempirismo, exceto no que se refere aos estudos de caráter micros social, onde, ao contrário, há uma valorização acentuada do empírico mas não do sistemático. E um terceiro "ismo", por mim identificado, é a forte inclinação à crítica, quase ao criticismo, isso quer dizer a denúncia não só de problemas sociais, mas também de ideologias, epistemologias, metodologias etc...

É claro que a própria idéia de uma ciência voltada para a vida em sociedade reforça essa auto-reflexão, valoriza a postura moral e, portanto, incentiva a crítica. Isso, aliás, é marca registrada da sociologia clássica. Marx, Toqueville, Durkheim, todos estavam animados por uma preocupação moral, mas pensando em termos comparativos, acredito estar claro que há entre nós, muitas vezes, uma ênfase tão acentuada na normatividade crítica que a dimensão positiva do conhecimento às vezes fica prejudicada. Acho que a atração que o marxismo exerceu e exerce ainda entre nós tem muito a ver com essa preferência intelectual, e mais recentemente, o fascínio que exerce a escola crítica, que se explica em parte por essa afinidade com a negação do *status quo*, e, em parte, pela preferência ao ensaísmo, que já mencionei. Então, essa combinação de ensaísmo e criticismo torna a escola crítica muito popular entre nós e, suponho, que poderia dizer o mesmo da influência de Foucault nessa possibilidade de negar a realidade.

Resumindo, ensaísmo, antiempirismo e criticismo são tradições bastante claras entre nós. Como explicá-las e como avaliá-las é uma questão diferente que extravasa minha pretensão. De qualquer forma, a explicação não é um tarefa muito complicada e é possível pensar em hipóteses sociológicas que explicariam a cristalização dessa tendência. A mais óbvia é a própria marginalidade da sociedade brasileira e sua condição periférica no sistema capitalista mundial, o que levaria a essa posição de negatividade. Isso é uma hipótese um pouco apressada, só para exemplificar como a sociologia do conhecimento poderia dar conta desse tipo de preferências intelectuais. Porém, é preciso ter cuidado quando explicamos as origens das nossas preferências intelectuais. É muito mais arriscado cair em um essencialismo do que interpretar algumas tendências como nossa marca genética, nascemos assim e seremos sempre assim. Acho que a tradição é sempre ativamente recriada, isso quer dizer que gerações e gerações de sociólogos são socializados nessa preferência pelo criticismo, por exemplo. E nesse sentido, o contexto institucional é fundamental, é crucial para prover o ambiente da socialização. Como é que se inculca preferências intelectuais nos pesquisadores da informação que são muito condicionados pelo ambiente institucional?

Se parece relativamente fácil, estimulante, tentar explicações para a origem e a cristalização dessas tendências, desses “ismos”, avaliá-los é uma questão muito complexa e delicada. Não se trata, obviamente, de prover um julgamento, uma categorização de acertos e erros, a avaliação pertinente, neste caso, envolveria uma identificação bastante criteriosa do que ganhamos e do que perdemos quando optamos por uma certa tendência intelectual. Por exemplo, quando se opta por um ensaio ou pela pesquisa sistemática, o que isso nos dá e o que isso nos retira, quais são os seus custos e benefícios? Acho que é fundamental estar atento para esse aspecto, já que muitas vezes o descuido torna problemático o conhecimento sociológico produzido. Penso na frequência com que ocorre de o alcance do conhecimento produzido por um estudo de caso permanecer ambíguo, porque os seus compromissos metodológicos são negligenciados. Quando não se explicita esses casos pressupostos, com frequência generalizamos experiências absolutamente históricas ou singulares que não poderiam ser generalizadas e isso é feito de forma até intuitiva, ou implícita, mas com uma frequência bastante disseminada entre nós.

Esse exemplo leva-me a falar de uma outra tendência intelectual contemporânea na sociologia brasileira. Uma tendência pela assim chamada metodologia qualitativa, seja ela a observação participante, a história de vida, a entrevista em profundidade ou a história oral em geral. Acho que em conexão com uma crescente opção pelos estudos de caráter microssocial, tais abordagens suplantaram de longe os recur-

tos estatísticos, ou a análise de dados agregados que hoje são muito menos frequentes que nos estudos de 10 ou 20 anos atrás. Ressalvada a contribuição de inúmeros trabalhos pautados nesses recursos qualitativos de pesquisa, não se pode negar que tenha havido pouca atenção às suas limitações, à generalização e à comparatividade. E, aqui, há um aspecto curioso de ser lembrado. Se é verdade que a sociologia brasileira conta com bons trabalhos de natureza quantitativa, também é verdade que essa linha de produção nunca foi muito difundida entre os sociólogos brasileiros. Apesar de o quantitativismo ser pouco disseminado, há uma crítica muito acentuada ao quantitativismo, como se fosse uma coisa muito familiar, como se tivesse nos incomodado muito. Na verdade, não pode incomodar porque é muito pouco frequente. Isso acontece também com o positivismo em geral. Desde os anos 60 que todos nós, em grau maior ou menor, estamos denunciando o positivismo. Agora, quando se pára para ver o que é positivista na produção social brasileira encontra-se pouquíssimo. De fato, nunca chegou a ser uma tradição que mereça tanta atenção crítica, em termos quantitativos, pelo menos. Ao lado disso, a tradição qualitativa, que é um pouco mais disseminada, quase nunca é submetida à crítica, pelo menos não em sua base epistemológica e metodológica. Sua própria associação, patente no nosso caso, com o empirismo, passa quase sempre irrefletidamente. Aí nós não somos empiricistas, isso quer dizer que há uma dissociação entre o nosso antiempirismo usual e os estudos micro, como se o único empiricismo negativo fosse o de caráter macro.

Pensando em termos bastantes genéricos, essas seriam as tendências que identifico. Disse que trataria da relação entre teoria e pesquisa como meio de conhecimento, como um capítulo à parte. Usando, ainda, a analogia produtivista do seminário, a idéia é ver como a teoria e a pesquisa, enquanto meio de produção, tendem a se comportar no processo produtivo da sociologia brasileira. Observo que há com muita frequência um certo paralelismo. A teoria e a pesquisa caminham paralelamente e, muitas vezes, nunca se encontram. Isso se torna claro quando se quer examinar qual é o papel que a teoria desempenha. Sempre se tem mencionado, com alguma frequência, o papel de pão-de-sanduíche que a teoria exerce sobre nós: quando se lê uma tese, tem-se teoria no primeiro capítulo, teoria na conclusão, e no meio tem-se a pesquisa propriamente dita que, frequentemente, guarda pouca ou nenhuma relação com a argumentação teórica empreendida. Quando isso acontece, o papel da teoria de fato pode ser dois ou pode ser ambos: o primeiro papel é o de sancionar cerimoniosamente o trabalho de pesquisa, provê-lo de "legitimidade científica", entre aspas, nesse caso, a teoria ocorre em paralelo com a pesquisa, desempenhando mais um papel de cosmético. Uma segunda possibilidade, é de que o papel da teoria é prover de dogma a ideologia que a pesquisa ilustra ou confirma.

Lembro-me, por exemplo, de diversos estudos que buscam enunciar alguma verdade proclamada pelo marxismo, que buscam evidenciar o intercâmbio desigual entre gêneros. Neste caso, a teoria já enuncia a verdade e a pesquisa só a ilustra.

Não estou pretendendo aqui deslegitimar esse papel de denúncia, de aspectos opressivos da interação social que a sociologia pode e devia ter, mas a questão que acho importante ter em mente é de preservar a curiosidade científica, por um lado, e, por outro, transformar o rigor teórico em uma arma eficiente de denúncia, até porque a denúncia passa a ser mais eficiente. É preciso que a teoria jogue um papel mais dinâmico e não apenas enuncie uma verdade que a própria pesquisa ilustra; em qualquer desses dois casos, a teoria termina por exercer um papel inibidor, castrador mesmo. No caso em que a teoria é cerimonial, em que legitima a pesquisa, aparece como sancionadora do conhecimento, ou seja, traduz implicitamente uma hierarquização. Existem os sociólogos que se incumbem da teoria e abaixo deles os sociólogos que realizam a pesquisa, então, teríamos os pensadores e os produtores de conhecimento. E no segundo caso, quando a pesquisa simplesmente ilustra a teoria ela se fecha à novidade: a pesquisa está proibida de descobrir alguma coisa nova; fecha-se ao inusitado, perde sua função de descobridora e, normalmente, quando se aponta o problema, quando se diagnostica tal problema, com frequência se diz que a culpa é da socialização inadequada à teoria...

Está sendo dada uma ênfase desmedida à teoria, os alunos estão estudando demais... e se esquecem que o treinamento inadequado em pesquisa é igualmente responsável. Quando alguém busca uma teoria para servir de pão, para sanduíche, está buscando, de fato atribuir algum sentido aos fatos, dar um sentido aos dados, às entrevistas. Já encontrei alunos que procuram orientação teórica; estão com a pesquisa pronta mas não sabem como informar os dados.

A teoria deve corresponder ao papel de nortear o trabalho de pesquisa, embora a pesquisa também possa, com muita propriedade, implicar reformulação teórica; a relação entre as duas tem que ser tensa e simbiótica; é a teoria que provê lentes para olhar o real de um ou de outro ângulo, ou seja, filtra, dá o foco. Então, uma pessoa que faz pesquisa sem ter a teoria de antemão está, de fato, fazendo contrabando de teoria, porque a pesquisa sempre tem alguma teoria implícita, quer dizer, sem teoria não se tem como estabelecer conexão de sentido entre dados, entre informações obtidas... Esta idéia de tensão de simbiose entre teoria e pesquisa é fundamental, uma tem que estar permanentemente desafiando a outra; e acho que esse paralelismo é uma tendência que continua entre nós.

Diante desse quadro que tracei, seria possível fazer um diagnóstico completo? Quer dizer, a produção sociológica brasileira corrobora a

crise teórica que tem sido identificada aqui e alhures? Bom, diria que toda época histórica tende a ser vista como momento de crise máxima, ápice de uma crise sem precedentes. Isso é mais ou menos natural: o caos do passado já foi organizado pela história, o caos do futuro é inusitado, pertence a Deus. Então, resta o caos do presente, o qual atribuímos, onipotentemente, um *status* mais importante que os outros.

Existe um sentido mais específico quando se fala de crise na sociologia. Tem a ver com a noção de multiplicidade de paradigmas. Acho que é perfeitamente possível argumentar que dominação paradigmática é mais uma questão de poder, acadêmico, poder político em geral, do que indicador de saúde de uma disciplina. O que me parece problemático é a formação de guetos teóricos, a ausência de alguma forma de interação entre perspectivas teóricas concorrentes. Claro que é extremamente difícil o diálogo interparadigmático, muitas vezes é um diálogo de surdos. As discussões metateóricas da sociologia devem, precisamente, assegurar esse questionamento sistemático das bases no qual se apóia cada perspectiva sociológica em particular. São essas questões metateóricas que nos permitem não perder de vista os limites cognitivos intelectuais de cada paradigma, de cada opção intelectual, feita dentro de uma disciplina. Talvez tenhamos que nos empenhar muito para conseguir assegurar essa produção pluralista de conhecimento sociológico. Nesse esforço, a diversidade de paradigma não é problema, não é obstáculo ao conhecimento, é, sim, um instrumento do conhecimento. É precisamente porque se tem teorias concorrentes competindo, que se pode refletir criticamente sobre cada uma delas.

Quando se pensa o que foi a chamada época áurea da sociologia, segundo alguns, a época pré-crise, foi a época da hegemonia parsoniana, esse era o paradigma dominante. A demolição desse consenso foi extremamente profícua na sociologia. Até a teoria do interacionismo, da antimetodologia, todo mundo estava respondendo à dominação paradigmática do parsonianismo: é muito curioso ver que, hoje, uma vez que essas tendências críticas se transformaram em *status quo*, tem-se novo momento do parsonianismo. Quer dizer, é a própria possibilidade de criticar o parsonianismo que recoloca Parsons na discussão sociológica de hoje. Acho que esse quadro é mais do que impressionista, é que isso retrata uma sociologia que para muitos deve parecer irreconhecível. Por certo, esse quadro não contempla nuances e sessões, idiosincrasias, nada disso. Acredito, porém, que sendo tão vago e tão genérico, algum traço desse retrato, alguma rusga, algum sombreado desse espaço, estabelece pelo menos alguma identidade, evidencia um mal estar.

ANA MARIA FERNANDES: Muito obrigado. Acredito que as duas

exposições foram realmente interessantes, e que temos muitas coisas para discutir.

ELIANE (aluna do Mestrado em Sociologia, UnB, em fase de elaboração de uma dissertação sobre a obra de Florestan Fernandes): Parabênizo a organização do Seminário, um dos acontecimentos mais importantes que o Departamento de Sociologia vivenciou nesses últimos anos para mim, particularmente. Minha colocação faz parte da primeira exposição, uma questão que ficou na minha cabeça o tempo todo: quando estabelecemos uma relação entre dois momentos, surge a idéia da continuidade e não só a idéia da diversidade que esses dois momentos contêm. Este ponto não foi abordado, talvez por falta de tempo, mas acredito que seja um elemento que explica por que a questão do ecletismo, tanto do início dos anos 50 e 60, quanto do ecletismo de hoje, é colocada em patamares diferentes na sua avaliação, com muito fundamento.

O que chamou minha atenção foi o momento em que foi abordado o ecletismo; na primeira fase carregado de fragilidade e de uma ligeira negatividade, mostrando a existência do ecletismo como uma visão, e não como um suporte teórico que pode resultar em novas formas de análise da realidade, principalmente de uma realidade que era diferente daquela onde foram produzidas as fontes teóricas. Suponho que, nos anos 50 e 60, o papel fundamental do ecletismo tenha sido o de colocar a teoria sociológica, seja a norte-americana, seja a européia, nas suas diversas fontes, como uma forma de se tentar uma produção de conhecimento regional, que coloca a realidade brasileira como objeto da análise e ao mesmo tempo seja capaz de produzir uma nova teoria. Nesse sentido faço uma ligação com o que a professora Elisa colocou, porque a relação fundamental que deveríamos discutir aqui, entre outras, é claro, pois não é a mais importante, seria a relação entre a evolução e a própria teoria – como a teoria se desenvolve em termos de sociologia, desde o seu estabelecimento até os dias atuais e, portanto, quais as nossas condições hoje.

Por isso insisto naquela relação de continuidade, porque, de uma forma ou de outra, se o ecletismo hoje é colocado, do ponto de vista do professor Juarez, com uma maior especialização, um maior rigor, onde as teorias são apropriadas – elas são apropriadas especialmente para desenvolver um tipo de análise focal. Essa forma de abordar a realidade é inclusive uma consequência impossível naquele primeiro momento, não só com relação à teoria mas também com relação à realidade. O desenvolvimento de análises mais pontuais só seria possível depois, passado esse momento de absorção das teorias gerais, em uma tentativa de explicação generalizada.

Assim, a mudança estaria presente em todos os momentos. Por que será que a estagnação não gera mudanças muito mais radicais? Será que a sociedade brasileira não está se transformando em uma velocidade tão mais rápida com todo esse processo de estagnação, de miséria, de pobreza, de aceleração da crise, tudo isso que a gente conhece? E, por fim, acho que essas duas colocações se ligam ao que a professora Vilma Figueiredo falou ontem na definição da sociologia com a ciência da diversidade, da possibilidade, do pluralismo. Então, considero fundamental essa relação do ecletismo com o próprio desenvolvimento teórico.

Para terminar, o que me parece problemático, é que não temos, a nossa geração que se formou aqui na UnB – uma nova geração de sociólogos – não temos essa visão, nem de continuidade, nem do que foi a nossa pré-história que é tão próxima, nem da nossa história e muito menos da nossa possibilidade. Nosso problema, com respeito ao avanço, está em ignorarmos nossas potencialidades, o que já conseguimos produzir e o que estamos produzindo, e por isso mesmo todo mundo passa por essa falsificação. Acho que todo mundo que faz, hoje, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado passa por esse momento da falsificação.

CARLOS BENEDITO: Queria falar um pouco enquanto representante da geração do meio. Achei muito interessante a fala do professor Juares. Quando o senhor fala de Weber, faz uma associação muito direta de Weber com o funcionalismo. Na verdade, hoje, há todo um interesse em Weber (se retoma Weber) e já não mais associando-o ao funcionalismo. Há uma releitura, inclusive uma tentativa de casamento entre Weber e outras vertentes teóricas. É nesse sentido que vejo uma certa dificuldade para, inclusive, tentar combiná-lo com outros autores. O que quero dizer é o seguinte: por exemplo, um dos trabalhos importantes da minha geração foi o do Florestan Fernandes sobre os fundamentos empíricos da explicação sociológica, onde, curiosamente, havia uma tentativa de integrar empiricamente os trabalhos de Weber, Durkheim e Marx e esse trabalho; vimos muito isso, mas na verdade havia muita dificuldade em se fazer isso de forma empírica, onde, por exemplo, aquele outro trabalho do Florestan – *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* – um dos poucos no qual ele trabalhou esse aspecto, todo esforço de Florestan, todo o seu investimento passou ao largo da nossa geração. Lia-se os *Fundamentos Empíricos* mas tinha-se uma dificuldade enorme de fazer essa combinação que ele prometia. E hoje, na fala da Elisa, sinto o seguinte: há uma possibilidade maior, há um descortinamento maior na nossa geração, via desmontagem desses paradigmas que foram hegemônicos, como ela citou, via o trabalho do Goldner que é um trabalho bastante ilustrativo.

ANA MARIA FERNANDES: ... estava comparando a produção atual com a passada. Pergunto o seguinte: quando você (Elisa) fala da tônica ensafsta, do ensafsmo, pergunto-me se esse ensafsmo, não é globalizante? Não é um estudo globalizante ou totalizante? E, este ensafsmo, pelo que você disse, é atual, ainda. E quando o Juarez, se baseando na Maria Valéria, disse que considera os estudos atuais como possuindo uma pesquisa mais sistemática, pergunto-me: somos, hoje, menos ensafstas do que antigamente? Enfim, pergunto-me sobre esta questão do ensafsmo, da pesquisa mais sistemática. Quanto ao ensafsmo como mais globalizante, concordo com o Juarez, que os estudos mais globais atualmente são mais os das ciências polfticas, que os dos sociólogos, principalmente, os que estudaram o militarismo, a democratização na América Latina. E, pertinente à geração do meio, também estudei muito, na graduação, o fenômeno da urbanização, da marginalidade, o que fosse da indústria na América Latina. E os fenômenos não são mais analisados como América Latina, por quê? Por causa da perda da preocupação global com a mudança estrutural, talvez por um retração de fonte de pesquisa ou de intercâmbio entre cientistas latino-americanos?

Sobre o Brasil, quando se fala nos anos 80, na recessão, acredito que existe um processo de mudança em um ritmo bastante acelerado que se manifesta na migração do campo para a cidade, na violência e na pobreza urbanas, no acirramento da distribuição da renda e da desigualdade, entre outras. Assim, perguntaria: por que as ciências sociais ou os sociólogos não estão preocupados com essas mudanças mais globais, mais estruturais e visíveis? Era só isso.

JUAREZ BRANDÃO LOPES: Vou responder às observações, em vários pontos. Claramente, muitas das observações são mais sistemáticas. Mas é difícil um debate sem, de repente, sair-se por uma tangente, reagindo ao sistemático, ao que foi colocado sistematicamente, ou de uma maneira sistemática. As observações da Eliane não eram pontuais mas é um pouco do contexto da discussão. Em tudo tenho que fazer assim: queria reagir globalmente; são quatro ou cinco pontos que foram expostos, e que, desde a própria exposição da Elisa, fazem-me refletir sobre minha exposição. Penso algumas coisas dentro do que a Elisa colocou como dentro do que a Eliane colocou, pedindo, cobrando pela continuidade do pensamento sociológico. Fazem ver o quanto distorci ao tentar forçar o contraste. De novo me defendo afirmando que nós ganhamos coisas e perdemos coisas ao forçar o contraste. Acho que em uma produção do presente, mais heterogênea do que pressupus, focalizei aquela que é boa, numericamente abundante, de estudo micro e que talvez, não peque no sentido do paralelismo entre teoria e pesquisa que Elisa apontou como um dos males brasileiros. Latino-americano é

mais persistente, mais pelo ponto de vista da produção atual. Não pecam neste sentido de fazer um sanduíche entre a teoria e a pesquisa.

O uso correto dessas teorias e desses estudos é o que contrastava mais claramente aquela produção, também selecionada, dos anos 50 e 60. A resposta sobre a cobrança da continuidade fala do ensaísmo, do antiempirismo, do criticismo, com traços que marcam dos anos 50 até hoje. Boa parte do sucesso englobado era devido ao ensaísmo, conforme Ana Maria aponta. Quer dizer, o ensaísmo é uma das formas de globalizar. Estávamos prestando atenção no retrato presentista da Elisa, no meu retrato, estávamos focalizando partes diferentes da mesma produção. Provavelmente por algum viés meu, focalizei aqueles estudos micro que me impressionavam como bons, a persistência de alguma tentativa de globalização nos ensaios, principalmente, porque penso que isso, essa persistência dos anos 60, ainda está viva, e têm as gerações intermediárias.

Quanto ao outro ponto, que foi levantado pela Eliane, do ecletismo nos dois momentos, o que acontece é que eu estava forçando o contraste e, assim, o ecletismo parece muito distinto. Chamamos de ecletismo, em geral, coisas que eu estava diferenciando. No caso, tem-se uma fusão eclética e que peca pelo rigor teórico. Estava falando da teoria que realmente funcionou e não daquela que às vezes era colocada como capa (Florestan Fernandes); não estava pensando nos discípulos de Florestan, que exigia que seus discípulos escrevessem de 60 a 100 páginas teóricas. Falava de teoria informada por uma visão muito coerente, que precisava ser explicitada. Havia, apesar da filiação, a fusão de Marx, Durkheim ou Parsons, Merton e Weber. Quando falamos de ecletismo, agora, é muito mais em pessoas diferentes, um Foucault ou um Bourdieu, os bons estudos, neste sentido, cada um isoladamente, não são ecléticos. Cada um, em estudos diferentes, conseguiu escapar do ensaísmo, e conseguiu escapar de um paralelismo entre teoria e pesquisa.

Uma outra questão, e volto à discussão da Eliane e da Ana Maria, sobre a estagnação como coisa de Weber e do funcionalismo. Realmente, a influência que Weber impôs ao Brasil foi de duas maneiras, ambas muito indiretas. Raramente se vê Weber direto, direto no sentido do sociólogo brasileiro ler o alemão, e isso faz diferença. Acho que estamos pegando Weber por traduções inglesas, freqüentemente, ou espanholas. Mário Wagner e Sérgio Buarque de Holanda usavam Weber, um Weber quase pré-Weber, através da sociologia americana. Weber, que vai influenciar Parsons, em seu brilhante livro sobre a estruturação social, faz uma fusão do funcionalismo – funcionalismo esse que, acredito ser o ponto mais baixo da obra de Parsons – com o sistema social de 1950. É, ainda um Weber abstrato, a-histórico, não global. Ao influenciar o funcionalismo Weber foi transformado em uma das vertentes do

funcionalismo, mas continuou também a inspirar, teoricamente, os estudos mais históricos. O que se conhecia de Weber era muito pouco, era basicamente *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. O Weber comparativo, a sociologia das religiões, como esquema maior, ficou com uma influência muito limitada no meio brasileiro. E aí sim, seria o Weber globalizante. Um dos clássicos e que não temos focalizado mas que teve um grande peso nas obras dos brasileiros; certamente continua tendo, mas foi muito importante neste período de 50 e 60. E destrinchar isso é importante.

Duas observações finais, desculpem-me por não fazê-lo de forma sistemática. Não vemos as coisas como América Latina, acho que tem muito a ver com as condições políticas dos outros países, em certo momento nos latino americanizamos por causa da ditadura, da abertura, da democratização. O brasileiro cai dentro dele mesmo de novo, quer dizer, devem haver fatores importantes que separam os países que falam o espanhol do Brasil, deve vir de algum lugar a tendência de falarmos nós e a América Latina. Acho que a situação geral de nos pensarmos América Latina é deplorável. Boa parte é um tipo de realidade que temos mais facilidade de acompanhar, de mergulharmos nela, é como a Eliza falou: boa parte dos cursos teóricos vai nesta direção, da comparação. Não só da comparação paralela, mas pensar historicamente também é uma maneira de pensar momentos diferentes. O papel da imagem que se tinha do Brasil atuava teoricamente na formação da tentativa de compreensão da industrialização. A última coisa a pensar é essa história da estagnação. Acho que coloquei isso, porque a "estagnação" significa que a estrutura da sociedade não está mudando ou que a visibilidade desta mudança está menor: ou, ainda talvez seja possível que não a queiramos ver. Acho que os processos de desintegração de alguma coisa são difíceis de focalizar.

Até hoje, há um eixo da economia que influencia as ciências sociais e que nos leva a pensar em desenvolvimento, processos de desenvolvimento econômico. Ainda me lembro da delícia de, mais ou menos em 1960, estar falando de um dos processos mais fascinantes, que estava na cara, no mundo contemporâneo: aquele momento era o tempo de se pensar no desenvolvimento econômico, nos países da periferia, no desenvolvimento capitalista. Podíamos falar em processos de desindustrialização, centralizar tudo na Inglaterra, fazer piada. Agora, está aí em livros, a desindustrialização inglesa, visões mais amplas de processos deste tipo que não gostamos de inspirar, para estudos. Quer dizer, o sociólogo resiste muito mais que um médico em dizer que a operação foi maravilhosa, o câncer era lindo. O sociólogo realmente resiste a isso.

ELISA REIS: Deixem-me tentar organizar, também, em três pontos. Primeira coisa, a idéia de continuidade ou não do ensaísmo. Se tivesse

que organizar de novo um retrato simplificado do geral, o ensaísmo seria uma tendência histórica presente nos estudos de caráter macro, se pegássemos a produção dos anos 50 e 60, que Juarez apontava, também nos contemporâneos. Estava pensando também, quando falei em ensaísmo nos anos 70, nas teses de doutorado do Simon, do Otávio e na minha, que são trabalhos de natureza ensaísta – macro e ensaísta, embora esteja chamando isso de contemporâneos e não de velhos.

Com relação aos estudos micro, a tendência ao gueto é paradigmática. E concordo com o Juarez quando diz que temos pessoas especializadas em Foucault, e aquilo é quase que uma disciplina própria. Acho que são estudos férteis, têm enorme utilidade, mas se alguém for formado em Bourdieu, perde muito dentro da sociedade. Acredito ser necessário tornar este gueto mais transparente, checar os supostos do Bourdieu, no que diz respeito ao economismo transvestido, para reagir à economia da economia, como faz Bourdieu. Ao generalizar tudo em economia, tem-se uma produção simbólica – isso no mínimo merece uma reflexão crítica – consegue-se superar o economicismo, tem-se tudo econômico, economizar tudo? Não sei que pergunta, epistemologicamente, tem aqui seu espaço.

Com relação à idéia de continuidade ou não, acho que a gente aqui, nesta discussão, puxou muito para o lado intelectual cognitivo, esquecemos do ambiente institucional, aquele que provê a continuidade e a socialização acadêmica. Tem renovação e tem repetição do passado também. Quais são os valores acadêmicos que se inculcam nos alunos? Qual o ato de pesquisa que se está estimulando? Isso só sabemos quando dirigimos o foco da análise para a instituição acadêmica, e este é um aspecto que leva a um outro, relaciona a relação de produção com a realidade brasileira social, mais ampla. Não sei se o ritmo de mudança hoje é maior ou menor. Uma coisa sei, a ciência em geral e a sociologia em particular, é mais autônoma do que era no passado, a própria institucionalização da ciência torna um pouco menos permeável à pressão externa. Têm questões que são consolidadas dentro da instituição acadêmica, que ganham legitimidade nelas mesmas, porque nossos pares estão preocupados em dialogar entre eles mesmos, uma competição entre nós mesmos, a gente escolhe uma pesquisa porque ela faz sentido dentro da economia e nunca é inteiramente alienada da realidade social, porque se fosse seria um desastre! Mas parte dos nossos distanciamentos frente à realidade circundante tem a ver com o fato de sermos mais institucionais hoje pela própria mudança social, mais ampla. A ciência hoje é um âmbito da vida social mais consolidada, mais cristalizada do que se vivenciou no passado.

Um outro aspecto, ainda pensando na questão institucional. Estávamos falando, aqui, na influência de Weber, de qual Weber, se do

Weber funcionalista ou não; acho que este trabalho era mais dramático no passado. Hoje em dia, pelas condições institucionais da sociologia, isto está sanado. Penso, por exemplo, em uma grande autoridade em Weber, Elster, que metade do ano dá aulas na Alemanha e a outra metade nos Estados Unidos. Claro que ainda deve ter problemas, tradução é sempre problemática, principalmente para um professor que tem que se expor ao público alemão e ao público americano; certamente, existem traduções menos problemáticas de Weber. Até discursos lingüísticos contrários foram encontrados.

E, finalmente, o caso do marxismo, que o Carlos Benedito lembrou muito bem. A crise não é só da teoria funcionalista e parsoniana, existe a crise intelectual do marxismo e agora temos até a crise política do marxismo. Tem mais, acho que nos casos destas crises, juntando com a observação muito apropriada que o Juarez fez do predomínio da ênfase, no sentido interno que os autores deram a sua conduta, elas atestam também a ascensão vertiginosa do individualismo, o triunfo do mercado. O fato de que hoje estamos muito mais preocupados com o sentido interno que os autores deram às suas ações do que com o que as ações estruturais tem a ver com o fato de a estruturação individualista (intelectual, político e social). É um fato tangível como o princípio de mercado organiza tudo e tendemos a deslocar toda a ênfase da explicação para o individualismo. Dentro da crise do marxismo, hoje, o que tem de mais promissor, de mais dinâmico? Com frequência nem sei se é marxismo, só sei que é analítico. E acho que estas coisas não estão separadas, o triunfo da explicação, centrada na atribuição de sentido, que é sempre subjetivo, não pode ser dissolvido na organização social mais ampla.

MARIA STELA: Acho que a minha questão cabe para os dois, tanto para o professor Juarez como para a Elisa. Voltando, talvez um pouco mais à ênfase que a Elisa deu às condições sociais do conhecimento e na relação disso com a institucionalização das ciências, pergunto se, associado com todas essas hipóteses levantadas – sobre, digamos, uma tendência do predomínio do micro, hoje, – não poderíamos agregar também uma tentativa de explicação ou de compreensão dessa origem do caráter mais institucionalizado e, portanto, mais especializado que fazia mais ciências sociais? Hoje se faz mais sociologia, antropologia, ciência política e outros estudos do gênero. E dentro da sociologia cada vez mais se faz as sociologias especiais ou a sociologia temática, não levando junto com elas a especialização, mas que finalmente faz sentido e acabam por dar um peso maior ao micro que ao macro, já que a especialização estaria tentando ligar, conforme o que o Carlos disse, o macro ao empírico e tentando voltar ao clássico. Qual seria a explicação empírica dada pelos três clássicos, considerando Marx, Dur-

kheim e Weber? Estes três autores conseguiram trabalhar em termos de diagnósticos da sociedade capitalista. Será que estavam querendo entender a consolidação do capitalismo naquele momento? Parece-me que os diagnósticos, muito semelhantes entre si, se pegarmos os três, realmente refletem a situação da sociedade que estavam examinando, e af parece que o peso do empírico realmente influenciou no trabalho. O diagnóstico é o mesmo, partindo de pressupostos diferentes e trabalhando no que diz respeito ao retrato empírico. A menos que minha leitura esteja equivocada.

JUAREZ BRANDÃO LOPES: Tenho uma reação também à questão. Acho que o peso do ambiente institucional é um coisa que a gente tem que estudar bastante. Analisando bem, há vários aspectos af. Aspecto de financiamento, o aspecto de carreira e o aspecto do volume mesmo da produção que leva à especialização. Ninguém sente-se mais a vontade falando de várias áreas, só os loucos. Esta tendência de ir mesmo para as sociologias especiais e dominar, só ficar na sua carreira, na sociologia especial, está ligada a esta autonomia maior que a Elisa falava. Emendei coisas que li, vou citar sobre as quais ainda não li mas vislumbrei o que era. Esta parte da autonomia, as várias especialidades sociológicas, antropológicas, estão muito mais abertas para o exterior. Uma outra coisa que não aponte da geração de 50 e 60, era a preocupação com a mudança estrutural e com a idéia de especificidade. Realmente a ignorância levava, nos piores casos, a salientar coisas específicas, e especificidades brasileiras que não eram específicas, mas, de qualquer forma, esta abertura tem uma interação obrigatória com a produção. Lá fora tem aspectos, também favoráveis. Lembro o artigo que não li, da Mariza Peirano, sobre a escola indiana, apenas dei uma folheada e pareceu-me interessante. A aula pode ser um diálogo, e este diálogo pode ser só de um lado. Pode ser uma espécie de ilusão e estaremos dialogando, escrevendo, só que o outro lado não está ouvindo ou lendo. Acho que tem um pouco daquela história, daquelas idéias fora do lugar, para o qual não devemos nos abrir, ao contrário, se há ponto que parece ser fertilizante na sociologia, hoje, em qualquer momento é em história e em comparação, e para isso temos que nos abrir. Teoria, história e comparação.

Mas de qualquer jeito, sob um olhar concreto, vamos levar em consideração vários aspectos do peso da institucionalização. Acho que uma coisa que deveríamos pensar é nesta institucionalização das várias disciplinas e subdisciplinas.

Uma coisa é afirmar o peso de uma produção que se tem, e outra coisa é a tal da continuidade. Por que uma continuidade é mudança? Noto, por exemplo, uma tendência atual (não estou puxando briga) de

ler coisa escrita de 1950 ou 1960, como se se referissem às mesmas coisas da sociedade de hoje. Acredito que não se deve estoicizar o conhecimento e olhar mais a evidência, juntar as evidências que se referem a realidades distantes, momentos distintos da realidade, como se tudo fosse "a história", a maneira de olhar o presente.

MARIA RITA: Queria retomar uma questão levantada pela Elisa, quando argumentou muito bem e colocou o problema dos paradigmas com a questão de dominação de paradigma, e daí destacou as metaquestões. Quero saber um pouco sobre o que realmente você se referiu: se as metaquestões é que foram (ou não) submetidas ao determinismo. Naquele momento, pareceu-me, você estava falando mais como filósofa do que como socióloga. É como se existisse umas questões que não estão submetidas a determinações e todo seu raciocínio estava mostrando como todos paradigmas são produzidos por questões de lutas, de dominação sobre eles.

E, outra questão, quando você separou os três itens, na hora você fez muito bem a ligação das questões temáticas com o debate político e com o momento, e a ligação das questões temáticas, como marco institucional, foi lembrada na sua resposta sobre o quanto a questão da posição das instituições e das ciências institucionalizadas são importantes. No entender destas ciências, tenho a impressão que a ligação do primeiro com o segundo item seria importante, não só do segundo com o terceiro, tal como foi desenvolvido na análise.

ELISA REIS: Quanto à questão da metateoria, de fato ela diz respeito a convenções científicas, e, neste sentido, talvez seja filosofia mesmo. Estava pensando mesmo em explicitar opções que são fatalmente feitas entre individualismo e coletivismo-metodológico, entre racionalismo e voluntarismo. Acho que estas escolhas são condicionadas. A metateoria pode explicitá-las, partindo do pressuposto que a ciência tem um pano de fundo, que é convencional. Quando se convencionam determinados princípios, pode-se, de novo, ressociologizar e dizer que esta convencionalidade é dada pela interação entre sociólogos, cientistas sociais, etc. De qualquer forma, é preciso esclarecer onde se explicitar os pressupostos, de onde vem estes pressupostos? Qual a validade deles? Ah, a resposta, de fato, deixo para os filósofos. Já a identificação de tais pressupostos cabe perfeitamente na metateoria.

A questão da ligação. Acredito que você tem toda razão, na idéia do Peter Wagner tem-se que articular as três dimensões analíticas. Não estou preparada, por ignorância, ou por falta de familiaridade com o assunto, para lidar com a questão do contexto institucional e com as preferências intelectuais. Mas estou convencida de que sem esta articu-

lação não teríamos um retrato fidedigno da realidade, um retrato explicativo. Claro que acho que sempre tem um dado pessoal; o cientista tem que ser talentoso e tem que ser idiossincrático. A escolha que alguém faz, determinado princípio, preferência intelectual e influência, da mesma forma que um departamento se consolida, e vice-versa. E por que o Departamento de Sociologia de Minas Gerais tem, hoje, uma produção fortemente interacionista? Microinteracionista? Há um problema de liderança intelectual que não pode ser negado. Não conheço bem a história, mas existem pessoas que lideram, que optaram por esta preferência intelectual na medida em que se empenham na institucionalização. Há uma teoria de custos e benefícios entre a consolidação do Departamento e a cristalização de uma tendência intelectual. Estou dando um exemplo possível porque, de fato, não é uma área que conheço o suficiente para desenvolver melhor. (...)

* * *